

---

## A TOLERÂNCIA NO CONTEXTO EDUCATIVO DE CRIANÇAS: UMA REVISÃO DE ESCOPO DE ARTIGOS NACIONAIS

---

Máyra Loureiro de Lima<sup>1</sup>  
Felipe Queiroz Siqueira<sup>2</sup>

### Resumo

Tolerância consiste em aceitar o que poderia ser condenado, renunciando à cólera. Entretanto, esse conceito costuma apresentar-se de modo ambivalente, pois essa virtude, quando considerada ilimitada, contraria sua própria gênese. De todo modo, a educação em valores se mostra como um meio de cultivar a tolerância, incentivando a valorização da diversidade. O objetivo deste estudo é realizar uma revisão de escopo da literatura nacional sobre a tolerância no contexto educativo de crianças. A busca resultou em um banco de dados final de dois artigos, os quais foram publicados nos anos de 2012 e 2020. Apresentaram-se os objetivos dos estudos, a definição de tolerância, assim como os principais resultados e conclusões de cada pesquisa. Discutiram-se os achados, considerando-se a perspectiva construtivista. Ambos os estudos enfatizaram os aspectos educativos para a formação da tolerância no contexto escolar e a avaliação das crianças ao serem submetidas às experiências propostas. Estudar a associação entre tolerância e educação em valores permite refletir sobre futuras intervenções e estratégias educativas.

**Palavras Chave:** virtudes; tolerância; crianças; infância.

---

<sup>1</sup> Curso de Psicologia do Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: [mayraloureiro123@gmail.com](mailto:mayraloureiro123@gmail.com) - ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-8095-7334>

<sup>2</sup> Professor do Curso de Psicologia do Centro Universitários Christus (Unichristus). Doutor e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: [felipeqsiqueira@gmail.com](mailto:felipeqsiqueira@gmail.com) - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4345-200X>

## TOLERANCE IN CHILDREN'S EDUCATION: A SCOPE REVIEW OF BRAZILIAN PAPERS

---

### **Abstract**

Tolerance is about accepting what could be condemned, renouncing anger. However, this concept is usually presented in an ambivalent way. This virtue, when considered unlimited, contradicts its own origin. In any case, education in values is a way of cultivating tolerance, encouraging the appreciation of diversity. The aim of this study is to carry out a scope review of the Brazilian literature on tolerance in children's education. The search resulted in a final database of two articles, which were published in 2012 and 2020. We presented the objectives of the studies, the definition of tolerance, as well as the main results and conclusions of each research. We discussed the findings, considering the constructivist perspective. Both studies emphasized the educational aspects for the formation of tolerance in the school and the evaluation of children when submitted to the interventions. Studying the association between tolerance and education in values allows us to envision future educational interventions and strategies.

**Keywords:** virtues; tolerance; children; childhood.

## 1 Introdução

A educação em valores tem um papel essencial no desenvolvimento do indivíduo, sendo de grande relevância para a formação de uma sociedade ética e responsável. Para Piaget (2011), educar consiste em estimular indivíduos para que sejam capazes de alcançar uma autonomia tanto intelectual como moral. Nesse sentido, não é possível que o desenvolvimento moral ocorra sem que haja uma educação em valores. Vale destacar que o autor considera a educação de forma ampla, entendida como aquilo que “se sobrepõe à constituição inata do indivíduo” (PIAGET, 1996, p. 3).

Conforme Siqueira (2019), hoje em dia, muitos adultos educam as crianças abdicando de sua autoridade, sem colocar regras ou limites. Assim, adotam uma postura excessivamente permissiva, deixando que o jovem escolha – sem qualquer direcionamento – o que quer ou não fazer. Entretanto, há também os adultos que se utilizam unicamente de ordens e regras pré-estabelecidas, sem a possibilidade de questionamentos. Desse modo, atuam de maneira autoritária, utilizando-se principalmente do medo como ferramenta. Ambos – a permissividade e o autoritarismo – são problemáticos para a educação em valores. Enquanto a primeira não permite que a criança experiencie situações fundamentais para seu desenvolvimento, como as frustrações e os sacrifícios, o segundo costuma criar um clima violento e disciplinador.

Segundo Piaget (1996), para promover o desenvolvimento moral das crianças, é crucial que os adultos não se restrinjam apenas a discursos e lições morais. Os métodos verbais são limitados em eficácia, pois presumem a autoridade adulta como a única fonte de inspiração. A partir desses métodos, os ensinamentos são entregues como verdades estabelecidas, coagindo a criança a aceitá-los passivamente. Por isso, é essencial que a criança seja estimulada a

cooperar com seus pares, desenvolvendo assim o espírito de solidariedade (PIAGET, 1998a). De acordo com Piaget (1998b, p. 142), “A formação da personalidade, no duplo sentido de uma tomada de consciência do eu e de um esforço para situar esse eu no conjunto das outras perspectivas, é [...] efeito da cooperação”. Ademais, é fundamental que a criança possa construir seus valores com base no exemplo das figuras de autoridade. Para isso, os adultos precisam agir de acordo com os valores que desejam fomentar nas crianças.

La Taille (2009) afirma que a educação moral de crianças costuma ser pautada inicialmente por seus pais ou responsáveis. Apesar disso, os professores também possuem um papel importante nesse processo (SIQUEIRA; FREITAS, 2022). De acordo com a legislação brasileira (BRASIL, 2018), promover a cultura da paz e medidas de conscientização bem como, prevenir e combater as diferentes formas de violência, em destaque o bullying, faz parte das atribuições das instituições de ensino. Sendo assim, é assegurado pela lei a participação das escolas no que se refere à formação moral de seus alunos (COUTO; LIMA; ALENCAR, 2019).

Silva (2018) realizou um estudo, no estado de São Paulo, com 24 professores, no qual evidenciou-se que os professores acreditam que a educação moral dos jovens tem como responsável principal a família. Para estes educadores, o papel da escola nesse aspecto é de contribuição, enquanto que o da família é o de se responsabilizar pelos aspectos essenciais. Nessa mesma direção, Lima e Santos (2018) realizaram uma pesquisa, com oito educadores, no estado da Bahia, na qual se verificou que os professores, em suas práticas de ensino, tendem a esquivar-se de questões relacionadas a valores e moralidade. Tal concepção é justificada pelo argumento de que o papel da escola é complementar a educação moral proporcionada pela família.

Em contrapartida, Siqueira e Freitas (2021) realizaram um estudo, com 260 professores do Ensino Fundamental, em Porto Alegre-RS, para investigar concepções desses profissionais sobre o papel da escola na educação em valores. Os autores relataram que na literatura não há uma ideia hegemônica a respeito dessa questão. Todavia, a partir dos dados coletados, evidenciou-se que a maioria dos professores (75,9%) entende que a escola é considerada tão responsável pela construção da moralidade dos jovens quanto a família.

Segundo Couto, Lima e Alencar (2019), os valores podem ser entendidos como componentes das representações de si, sendo então construídos através dos processos de socialização. A educação em valores morais tem como proposta o desenvolvimento dos indivíduos nos aspectos de autonomia, participação e pensamento crítico com base em diferentes virtudes, como a justiça. Um estudo, realizado por Couto e Alencar (2015), em Vitória-ES, teve o objetivo de pesquisar o juízo de docentes referente às práticas de ensino da justiça. Para isso, entrevistaram-se 23 professoras do Ensino Fundamental, selecionadas através de contato com escolas públicas municipais. Como resultado, as profissionais relataram 131 procedimentos para ensinar a justiça em suas práticas pedagógicas. O discurso foi o procedimento mencionado com maior frequência. Nessa categoria, incluíram-se todas as respostas que se referiam ao uso da fala como método de ensino, por exemplo, a apresentação oral ou a leitura de temas específicos por parte do docente. Outro tipo de procedimento consistiu em apontar o que é certo e errado. Neste método, os docentes apresentavam questionamentos aos alunos, ao mesmo tempo em que transmitiam as suas opiniões sobre a temática. Diante disso, observou-se que, em grande parte das situações, os educadores assumem postura de imposição, não promovendo um espaço de troca com os alunos.

Couto, Lima e Alencar (2019) também apontam para a importância de se trabalhar com outras virtudes no contexto escolar. A educação em valores é capaz de trabalhar nos indivíduos os aspectos de aceitação e valorização da diversidade, semeando as práticas de tolerância em todas as esferas da vida, o que torna esse processo educacional fundamental no que tange a formação de uma sociedade tolerante. Para Almeida e Oliveira (2022), um sujeito moralmente tolerante é capaz de compreender suas ações com base em princípios éticos universais.

Para Comte-Sponville (2016), tolerar é aceitar o que poderia ser condenado, renunciando à cólera. É se responsabilizar, se responsabilizar pela dor das vítimas. Entretanto essa atitude só é virtuosa se for possível renunciar ao interesse próprio. A tolerância, entendida como uma virtude, ocorre no cruzamento do processo de formação do homem na história e o processo de humanização, se formando na maneira de agir humanamente: torna-se bom tentando-se agir bem. De todo modo, tolerar não é um ideal; é uma atitude tomada porque existiu uma falta de amor e respeito, sendo a tolerância o melhor que se pode fazer. Se há pretensão de que a tolerância seja considerada uma virtude, é necessário compreender que a atitude de ser tolerante não se detém a tolerar tudo.

Conforme Forst (2009), o conceito de tolerância pode ser visto como ambivalente, pois essa virtude, quando considerada ilimitada, contraria sua gênese. O autor cita como exemplo o debate a respeito de professoras muçulmanas vestirem o véu islâmico nas escolas, levantando o seguinte questionamento: seria intolerante determinar que elas não o vestissem ou, pelo contrário, utilizá-los seria sinal de intolerância? Para assegurar que a tolerância não acarrete seu próprio fim, o autor defende que certa medida de intolerância seria justificável. Desse modo, “só se pode falar de tolerância onde ela é

praticada voluntariamente e não é coagida, pois de outro modo estaríamos no plano do 'suportar' ou 'aturar' certas coisas que se rejeita, mas contra as quais se é impotente" (FORST, 2009, p.19)

Em suma, destaca-se que: (a) o conceito de tolerância apresenta-se ambivalente (COMTE-SPONVILLE, 2016; FORST, 2009); (b) a educação em valores se mostra como um meio de cultivar a tolerância (COUTO; LIMA; ALENCAR, 2019), e (c) uma sociedade tolerante promove a valorização da diversidade (COUTO; LIMA; ALENCAR, 2019). Considerando tais ideias, o objetivo geral deste estudo é realizar uma revisão de escopo da literatura nacional sobre a tolerância no contexto educativo de crianças. Os objetivos específicos são: (a) identificar os objetivos dos estudos empíricos nacionais sobre tolerância na educação de crianças; (b) investigar as definições de tolerância utilizadas pelos pesquisadores interessados nessa temática; e (c) apresentar os principais resultados e conclusões dos estudos sobre essa virtude no contexto educativo de crianças.

## 2 Método

Realizou-se uma revisão de escopo com o intuito de buscar literatura nacional sobre a tolerância no contexto educativo de crianças. Define-se revisão de escopo como um método que tem como objetivo dar uma visão geral sobre um determinado assunto, informando dados como, conceitos, lacunas na literatura e até mesmo conduta de pesquisa (MUNN *et al.*, 2018). A revisão de escopo diferencia-se da revisão sistemática principalmente devido ao seu caráter exploratório, que aborda estudos de metodologias diversas com o intuito de apresentar um mapeamento do tema em questão. Este estudo utilizou o protocolo PRISMA (TRICCO *et al.*, 2018), adaptado para revisões de escopo.

A procura dos artigos foi feita na Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVSPsi), utilizando as bases de dados: (a) Index Psi Periódicos Técnico-Científicos; b) Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC); e c) Scientific Electronic Library Online (SciELO). Utilizaram-se os descritores: a) “tolerância” ou “tolerar”; e b) “crianças” ou “criança” ou “infância”. Os descritores poderiam constar no título, nas palavras-chaves, no resumo ou no texto em si. Os critérios de inclusão foram: a) estudos empíricos nacionais; b) disponíveis na íntegra de forma online; c) com participantes na infância; d) em português; e e) cujo tema central fosse a tolerância. Os critérios de exclusão foram: a) artigos de revisão de literatura ou pesquisa documental; b) disponíveis apenas parcialmente; c) pesquisas realizadas unicamente com adolescentes, adultos e/ou idosos; d) em idioma diferente do português; e e) abordando a tolerância somente como assunto secundário.

A revisão seguiu os seguintes passos: 1) inicialmente, foram buscados os artigos nas bases de dados; 2) foram lidos os títulos e resumos dos trabalhos encontrados; 3) os artigos dentro da temática foram pré-selecionados; 4) os pré-selecionados foram lidos na íntegra; 5) foram selecionados aqueles cujo tema central fosse a tolerância; e 6) por fim, os artigos foram classificados de acordo com os objetivos específicos deste estudo. A seleção dos textos foi feita por dois juízes, os quais realizaram de maneira autônoma os mesmos procedimentos. Caso houvesse discordância, seria realizado um acordo entre os juízes. No entanto, ambos encontraram os mesmos resultados.

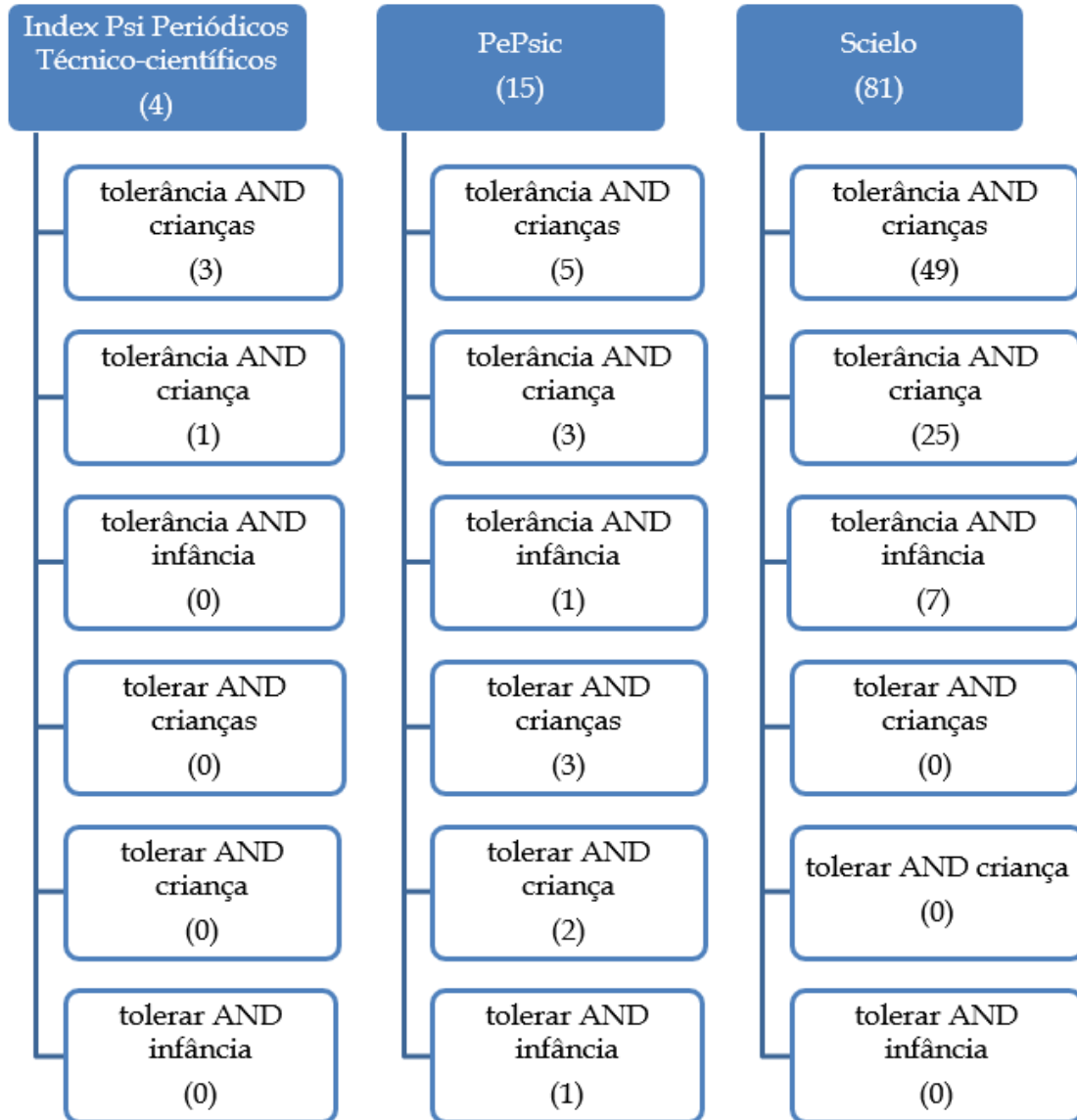
É importante destacar que a revisão foi realizada de maneira abrangente, considerando a literatura nacional sobre a tolerância no ambiente educacional de crianças. No entanto, a leitura e discussão dos achados foi realizada especificamente a partir do referencial construtivista.



### 3 Resultados

Inicialmente, identificaram-se 100 artigos. Descartaram-se dois por não se enquadrarem no critério de estudos empíricos nacionais. Excluíram-se os artigos repetidos (27), restando 71 artigos. Eliminaram-se 68 artigos por não se adequarem à temática do estudo. Esses artigos não abordavam a virtude da tolerância no contexto educativo e/ou não enfocavam o período da infância. Também foi descartado um trabalho identificado como resenha, a qual foi apresentada durante um seminário. Com isso, restaram dois artigos adequados à temática. O artigo de Lima (2020) é intitulado como “Limites da tolerância na educação para a democracia: o programa Câmara Mirim – Plenarinho” e o de Del Prette *et al.* (2012) possui o título de “Tolerância e respeito às diferenças: efeitos de uma atividade educativa na escola”. A Figura 1, a seguir, apresenta um fluxograma correspondente ao processo de procura dos artigos.

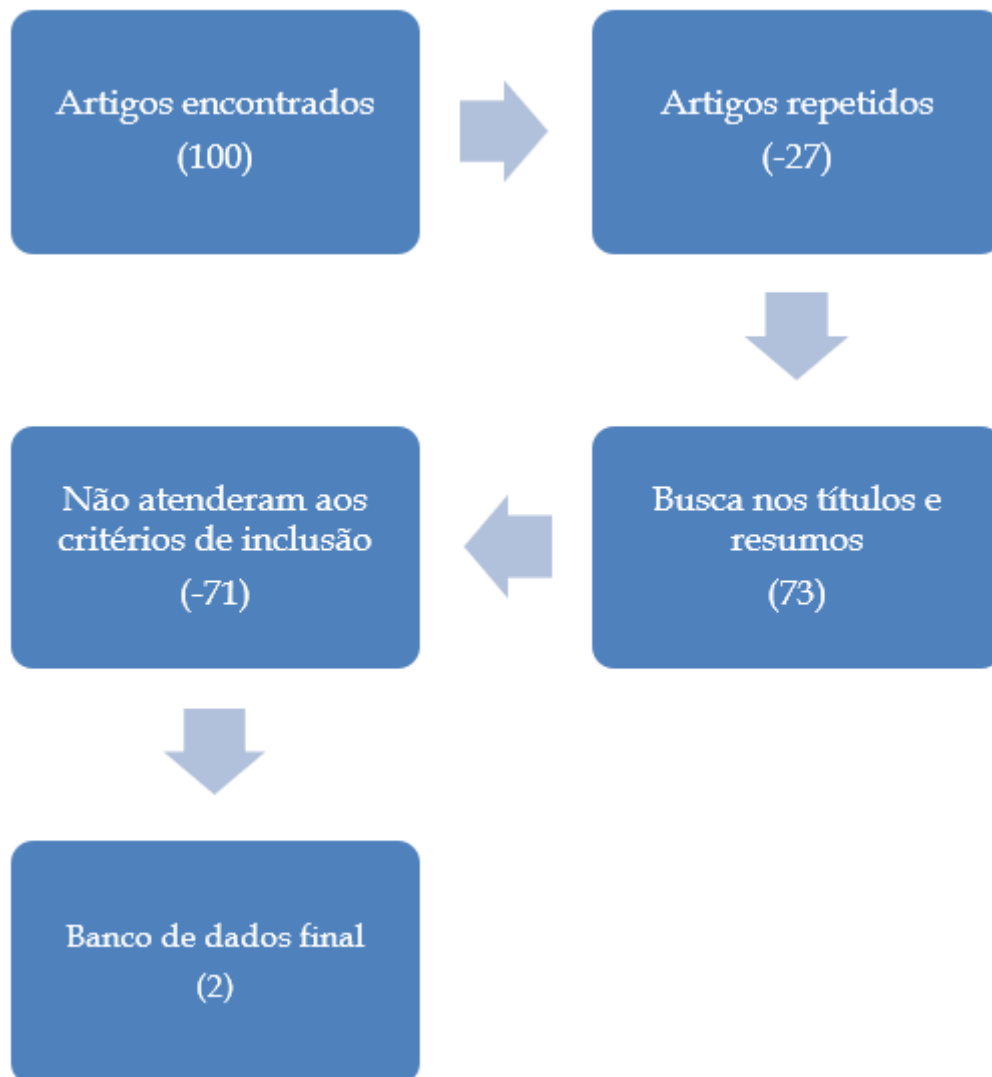
Figura 1. Busca dos artigos nos bancos de dados usando os descritores selecionados



Fonte: Próprios autores

Para detalhar o último percurso, construiu-se um fluxograma que representa o processo de seleção dos trabalhos, realizada a partir dos critérios de inclusão estabelecidos nesta pesquisa. A Figura 2 mostra esse processo.

Figura 2. Percurso metodológico



Fonte: Próprios autores

Os artigos encontrados foram publicados nos anos de 2012 e 2020. Os autores estavam interessados em avaliar e compreender os resultados obtidos em intervenções educativas acerca da tolerância. Os resultados desta revisão serão apresentados nos seguintes tópicos: (a) objetivos dos estudos; (b) definição de tolerância; e (c) principais resultados e conclusões das pesquisas sobre essa virtude.

### 3.1 Objetivo dos estudos

Lima (2020, p.3) apresenta o objetivo de “compreender os limites da tolerância na educação para a democracia”. O trabalho é realizado em duas partes: “a revisão bibliográfica acerca da tolerância e a análise de uma iniciativa de participação política infantojuvenil de cunho educativo - a ação Câmara Mirim, promovida pelo Plenarinho, da Câmara dos Deputados” (LIMA, 2020, p. 3).

Del Prette *et al.* (2012, p.171) realizaram um estudo com o objetivo de avaliar “os efeitos de duas variantes de uma intervenção educativa em uma amostra de crianças do ensino fundamental e seu possível impacto diferenciado para meninos e meninas”. O objetivo da intervenção, por sua vez, foi o de promover “respeito e tolerância das crianças na avaliação das características do time preferido e do principal time adversário” (DEL PRETTE *et al.*, 2012, p. 171).

Evidencia-se, então, um interesse em avaliar resultados de experimentos educativos. Vale ressaltar que nenhum dos dois trabalhos mencionam se os objetivos apresentados são gerais ou específicos. Para alcançar seus objetivos, Lima (2020) utilizou em seu trabalho tanto abordagem quantitativa como qualitativa. O artigo de Del Prette *et al.* (2012) realizou um delineamento experimental, com um grupo controle e dois experimentais para avaliação da intervenção.

### 3.2 Definição de tolerância

O artigo de Lima (2020) apresentou uma sessão denominada como “O que é tolerância?”. A partir de uma revisão de literatura, a autora expôs diversas concepções para tratar do possível conceito de tolerância com base nos estudos de diferentes autores.

Em uma das perspectivas, a tolerância é dividida em quatro aspectos: permissividade e condescendência; coexistência; respeito mútuo; valorização e autoestima. No entanto, Lima (2020) não explica o que significa cada um desses aspectos de forma detalhada. A autora ressalta, ainda, a importância de pensar a tolerância juntamente ao conceito de democracia e justiça política.

Outra perspectiva considera que a tolerância compreende uma escolha deliberada, sendo então uma atitude intencional e de caráter racional de um indivíduo para com o próximo, não podendo ser compreendida como uma definição consensual. Isso significa que a tolerância se desenvolve de maneira pessoal em cada um e o julgamento sobre o que deve ser tolerado acontece de maneira circunstancial. Complementar a isso, concebe-se a tolerância como uma virtude relacionada ao contexto, impossibilitando que haja um critério para avaliar essas questões. Sendo assim, qualquer definição geral de tolerância e argumentos universais correm o risco de apresentar dúvida e confusão nas informações.

Em outra acepção, a tolerância refere-se a um sistema de valores éticos. Nesse sentido, argumenta-se que conhecer ou ter essa virtude não necessariamente torna o indivíduo realmente tolerante. Um exemplo disso é quando uma pessoa tolera determinadas ideias, mas não consegue tolerar ações. Assim, é possível que uma pessoa concorde, apenas de maneira teórica, com certos pensamentos, filosofias, religiões e estilos de vida, sem vivenciar isso na prática. Consequentemente, quando a teoria é materializada em indivíduos que a cercam, essa pessoa pode se mostrar incapaz de respeitá-los.

Lima (2020) apresenta também a definição postulada pela Declaração de Princípios sobre a Tolerância, a qual considera a tolerância como uma atitude que tem como base os direitos universais do ser humano e a liberdade

fundamental do outro (UNESCO, 1997). Assim, a prática da tolerância diz respeito não somente ao indivíduo, mas também aos governos, grupos e demais instituições. Entende-se, dessa forma, que a atitude de tolerar é o sustentáculo dos direitos humanos, da democracia e do Estado de Direito.

Em uma perspectiva distinta, a tolerância se mostra como algo necessário ao mesmo tempo em que é considerada impossível. Tal impossibilidade é explicada pelo argumento de que, se os indivíduos não conseguem conviver sem o risco de romper as relações de respeito dentro de uma sociedade, isso significa que as partes não estão dispostas a se aceitarem.

No artigo de Del Prette *et al.* (2012), a tolerância é abordada com base na sua importância, sem a apresentação de definições ou conceitos em específico. Também não há seção ou subseção que trate particularmente das possíveis definições de tolerância. Entretanto, na Introdução, os autores afirmam que

A tolerância e o respeito às diferenças, como base para uma sociedade mais saudável e inclusiva, pode ser ilustrada em diferentes contextos, desde as etapas iniciais do desenvolvimento. Em tese, qualquer contexto que lida com diferenças é potencialmente educativo para a promoção desses valores ou para a promoção de valores contrários, de intolerância e desrespeito. (DEL PRETTE *et al.*, 2012, p.169)

### **3.3 Principais resultados e conclusões dos estudos sobre tolerância**

O estudo de Lima (2020) tem como base de pesquisa o programa educativo Plenarinho, que faz parte da Câmara dos Deputados, e tem como objetivo incentivar a participação política de crianças através da ação anual Câmara Mirim. Para se avaliar o programa, procedeu-se a uma análise de cerca de 6 mil propostas infantis, datadas do ano de 2006 ao ano de 2016. O objetivo dessa análise foi identificar ideias “intolerantes ou discordantes do ordenamento jurídico” (LIMA, 2020, p.9), observando-se também se houve

aumento dos números nos últimos anos. Os resultados evidenciaram uma baixa frequência de ideias não democráticas. Menos de 1% dos participantes apresentaram manifestações de intolerância, enquanto 3% fizeram referência a punições inconstitucionais. Alguns temas mencionados foram: homofobia, liberação da tortura e pena de morte. Vale destacar que essas ideias se mantiveram aproximadamente no mesmo nível ao longo de 10 anos. No entanto, evidenciaram-se também propostas voltadas ao combate à intolerância, totalizando cerca de 15%. Nesse contexto, citaram-se ideias, como: a garantia do direito à educação, o combate ao racismo e a preocupação com a equidade.

Lima (2020) afirma que identificar as causas da intolerância pode ser utilizado com abordagem no meio educacional. Nesse sentido, a autora ressalta que a intolerância e o medo estão associados devido a questões protetivas. Diante dos resultados do experimento, observou-se tanto uma perspectiva de boas intenções, como também se identificaram propostas repressivas por parte dos candidatos a deputado mirim. Tal aspecto pode estar relacionado com os meios de comunicação, os quais têm se apresentado como uma grande influência em fomentar ideias distorcidas e posturas exageradas, acarretando medo, violência e expressões de ódio. Uma possível estratégia para essa problemática das mídias, seria lapidar nas crianças algumas habilidades de caráter reflexivo como “identificar, questionar e enfrentar conteúdos de ódio” (LIMA, 2020, p. 17).

De forma geral, o programa Câmara Mirim mostrou que as percepções das propostas apresentadas se dividiram em ideias opostas, no qual “um seguiu o credo criminológico midiático” (LIMA, 2020, p. 18) enquanto o outro direcionou a solução em uma visão empática, buscando trabalhar por uma perspectiva que envolve a raiz do problema. Considerando isso, a autora considera essencial que as intervenções assumam um caráter proposital de focar

nas boas intenções direcionando-as de maneira reflexiva, rumo a tolerância e a democracia.

O estudo de Del Prette *et al.* (2012, p.168) buscou avaliar o impacto de uma intervenção educativa na escola cujo intuito era “promover tolerância e respeito às diferenças”. A atividade educativa foi realizada com 300 crianças, divididas em um grupo controle (sem intervenção) e dois grupos experimentais. Em um grupo experimental a intervenção se deu através de dramatização; no outro, ocorreu por meio de narrativa audiovisual. Em ambos, a temática girou em torno da preferência por times de futebol. Antes e depois da intervenção, as crianças avaliaram o próprio time e o time adversário atribuindo adjetivos positivos e negativos, através de uma escala Likert.

Como resultado, evidenciou-se que o time preferido das crianças foi mais bem avaliado que o time adversário. Esses dados se referem tanto à condição controle como à condição experimental. Além disso, as crianças inicialmente apresentaram uma avaliação de caráter maniqueísta a respeito do time preferido e do adversário. Tal comportamento pode ser justificado por ideias e práticas competitivas seja na família, na escola e nas mídias, refletindo também “um processo psicológico comum associado à coerência e dissonância cognitiva nos processos de escolha e preferência” (DEL PRETTE *et al.*, 2012, p. 177).

A intervenção realizada nos grupos experimentais mostrou-se suficiente para causar impacto na avaliação do time adversário. Após a atividade educativa, as respostas atribuíram melhores pontuações ao time adversário, quando comparadas às respostas apresentadas anteriormente. Del Prette *et al.* (2012) afirmaram que se executou uma intervenção breve e focal que, embora pontual, apresentou um impacto interessante sobre a maneira como os



jovens que participaram da experiência reagiram. As autoras consideraram que, tanto o método utilizado como métodos similares, se aplicados de maneira periódica, podem apresentar-se como meios de promover o respeito, a diversidade e a tolerância.

#### 4 Discussão

As pesquisas encontradas (DEL PRETTE *et al.*, 2012; LIMA, 2020) abordaram a formação da tolerância no contexto escolar, além de apresentarem diferentes avaliações das crianças diante das situações as quais foram expostas. Tais pesquisas contribuem na medida em que proporcionam dados empíricos que permitem reflexões sobre a educação dessa virtude, bem como apresentam o relato de intervenções bem sucedidas, as quais foram realizadas no contexto brasileiro.

As definições de tolerância apresentadas pelos estudos (DEL PRETTE *et al.*, 2012; LIMA, 2020) evidenciam a multiplicidade dessa virtude. Além disso, permitem refletir sobre a complexidade do desenvolvimento da tolerância, bem como da moralidade como um todo. Destaca-se, então, a relevância da educação em valores, especialmente no período da infância, visto que é a partir dela que o indivíduo se torna capaz de caminhar em direção à autonomia moral (PIAGET, 2011). De acordo com Piaget (1996, 1998a), no processo educativo, é fundamental que a criança seja encorajada a cooperar com seus pares. Isso permite o estabelecimento de relações de reciprocidade, tornando possível se colocar no lugar do outro. Tal característica é essencial para o desenvolvimento da tolerância, entendendo, como Comte-Sponville (2016), que essa virtude envolve a responsabilização pela dor do outro. Ademais, a educação em valores também envolve a interação com pessoas autônomas que, não apenas se utilizem de lições de moral, mas que eduquem a partir do exemplo (PIAGET,

1996, 1998a). De nada adianta ter aulas sobre a tolerância por indivíduos que se comportam constantemente de maneira intolerante.

Verificou-se, através da intervenção feita na pesquisa de Del Prette *et al.* (2012), como o processo de educar em valores gera impacto na maneira em que as crianças lidam com o meio e nas suas próprias percepções a respeito do tolerar. Isso está de acordo com a ideia defendida por Piaget (1996) de que a educação moral é essencial para o processo de desenvolvimento de valores. Além disso, o julgamento apresentado pelas crianças antes das atividades propostas por Del Prette *et al.* (2012) permite questionar a existência de práticas deliberadas de educação moral por parte das escolas. Sabe-se que estudos (LIMA; SANTOS, 2018; SILVA, 2018) evidenciaram que muitas vezes os educadores mostram-se alheios a essas questões, entendendo que as famílias é que são as responsáveis por essa tarefa. Mesmo quando os professores entendem que também é papel da escola trabalhar com valores (SIQUEIRA; FREITAS, 2021), é comum que, na prática, os modelos pedagógicos adotados no ambiente escolar inviabilizem uma verdadeira educação moral (MAIA *et al.*, 2020).

O estudo de Lima (2020) evidenciou um baixo índice de práticas intolerantes nas crianças. Esse achado permite alguns questionamentos: Será que a educação para a tolerância, nesses casos, foi realizada intencionalmente? Caso positivo, será que essa virtude foi estimulada pelos pais, pela escola ou ambos? Ou será que foi fomentada em outro ambiente? De todo modo, sabe-se que não há uma hegemonia no que se refere à atribuição de responsabilidade sobre a educação em valores (SIQUEIRA; FREITAS, 2022). Dito isso, ressalta-se à importância de se estabelecer uma pedagogia voltada para a moralidade de maneira deliberada.

Os objetivos dos estudos de Lima (2020) e Del Prette *et al.* (2012) estão voltados a compreender aspectos da tolerância na educação para a democracia. Assim, é possível refletir sobre essa virtude como parte de um processo de desenvolvimento. Comportamentos e atitudes – inclusive a tolerância – são moldados, segundo Piaget (2011), a partir das interações com o meio. As intervenções educativas durante esse processo se mostram como modos de estimular a construção dos valores de cada um. Isso vai ao encontro do pensamento de Comte-Sponville (2016), o qual entende a tolerância como uma virtude que se constrói em um processo de formação envolvendo o homem, a história e a humanização.

Diante disso, ressalta-se que as teorias do desenvolvimento se mostram como um conhecimento importante para os educadores trabalharem valores de acordo com as diferentes fases que perpassam a infância. Desse modo, a tolerância pode ser estimulada de maneira adequada para as crianças. Assim, se faz pertinente a proposta de Couto e Alencar (2022), as quais defendem que uma boa alternativa para educar em valores morais é inserir nas escolas um profissional que seja capacitado para fomentar questões relacionadas a essa temática.

Para La Taille (2009), a educação em valores morais deve ter como principal objetivo apresentar a importância e o valor de determinadas virtudes, de modo que essa educação ocorra por reflexão e não por imposição de ideias. Essa estratégia subentende a argumentação sobre o lugar do outro, visando também estimular uma análise dos próprios valores. Couto e Alencar (2022) ainda enfatizam o diálogo como uma ferramenta importante para a educação em valores morais. O incentivo à convivência democrática permite contribuir com a formação de cidadãos marcados pela coletividade e participação.

Conforme Couto e Alencar (2022), habitar o mundo requer do indivíduo ética e responsabilidade, visando ao presente e ao futuro das pessoas. Para isso, é necessário que haja um trabalho educacional que alcance as diferentes esferas da formação de maneira consciente e respeitosa a todos. Nesse sentido, estimular a tolerância parece ser um caminho importante para que isso de fato ocorra, visto que, segundo Almeida e Oliveira (2022), uma pessoa tolerante torna-se capaz de entender, de maneira eficaz, o curso de seus atos, com base em princípios éticos universais.

### **Considerações finais**

Esta revisão de escopo teve como objetivos: (a) identificar os objetivos dos estudos empíricos nacionais sobre tolerância na educação de crianças; (b) investigar as definições de tolerância utilizadas pelos pesquisadores interessados nessa temática; e (c) apresentar os principais resultados e conclusões dos estudos sobre essa virtude no contexto educativo de crianças.

Vale destacar que o número dos estudos voltados a esse assunto mostrou-se reduzido, mesmo considerando que a pesquisa foi realizada em diferentes bases de dados. Considera-se, então, que existem lacunas na literatura brasileira no que se refere à educação para a tolerância, especialmente em relação aos estudos empíricos.

Definir a tolerância de forma clara mostrou-se uma tarefa complexa, especialmente devido à ambiguidade encontrada nos diferentes estudos e textos que abordam tal virtude. Entretanto, considera-se que o artigo alcançou informações significativas e trouxe contribuições a respeito de estudos e conceitos sobre a tolerância, utilizando-se de uma leitura construtivista.

Ressalta-se a importância de se estudar a associação entre tolerância e educação em valores. Como isso, torna-se possível adquirir informações sobre

processos educacionais, apresentando assim novas possibilidades a respeito da temática e ajudando a pensar em futuras intervenções e estratégias educativas. Dessa forma, almeja-se, com este trabalho, ressaltar a importância dos estudos em educação voltados à tolerância, como também despertar a atenção para essa lacuna na literatura, visando assim a aumentar o interesse para pesquisas nessa área.

## Referências

ALMEIDA, S. L. E.; OLIVEIRA, F. N. O. Bullying e cyberbullying entre estudantes adolescentes: um panorama das pesquisas publicadas nas bases de Educação, Educação Física, Psicologia e Saúde Coletiva entre 2017 e 2021. **Schème - Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, Marília, v.14, n.1, p.64-101, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2022.v14n1.p64-101>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BRASIL. **Lei N° 13.663, de 14 de Maio de 2018**. Dispõe sobre a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2018.

COMTE-SPONVILLE, A. *Pequeno tratado das grandes virtudes*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

COUTO, L.; ALENCAR, H. Educação moral no Ensino Fundamental: Prática docente de ensino da justiça. **Psico**, Porto Alegre, v.46, n.1, p.90-100, 2015.

COUTO, L.; ALENCAR, H. Educação em valores morais: conceitos, procedimentos e formação de profissionais da educação. **Schème - Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, Marília-SP, v.14, n.2, p.126-157, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2022.v14.n2.p126-157>. Acesso em: 25 jul. 2023.

COUTO, L.; LIMA, M.; ALENCAR, H. **Como elaborar projetos de educação em valores morais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

DEL PRETTE, Z.A.P.; DOMENICONI, C.; AMARO, L.; BENITEZ, P.; LAURENTI, A.; DEL PRETTE, A. Tolerância e respeito às diferenças: efeitos de uma atividade educativa na escola. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v.14, n.1, p. 168-182, 2012.

FORST, R. Os limites da tolerância. **Novos estudos CEBRAP**, v. 84, p. 15-29, 2009.

GAGLIARDONE, I.; GAL, D.; ALVES, T.; MARTINEZ, G. **Countering online hate speech**. Paris: Unesco, 2015.

LA TAILLE, Y. **Formação ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LIMA, A.M.P. Limites da tolerância na educação para a democracia: o programa Câmara Mirim – Plenarinho. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 46, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634202046213265>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LIMA, J. dos S.; SANTOS, G. L. Valores, educação infantil e desenvolvimento moral: Concepções dos professores. **Educação & Formação**, v.3, n.8, p.153-170, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25053/redufor.v3i8.275>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MAIA, F.; MARQUES, L.; BRUNATTI, C.; MORAIS, A. A aprendizagem cooperativa como um recurso para a educação em valores sociomoraes na escola. **Schème - Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas**, Marília-SP, v. 12, n. 2, p. 172-210, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1984-1655.2020.v12n2.p172-210>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MUNN, Z.; PETERS, M. D.; STERN, C.; TUFANARU, C.; MCARTHUR, A.; AROMATARIS, E. Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. **BMC Medical Research Methodology**, v. 18, n.1, p. 1-7, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x>. Acesso em: 25 jul. 2023.

PIAGET, J. O espírito de solidariedade na criança e a colaboração internacional. *In*: PARRAT-DAYAN, S.; TRYPHON, A. (org.). **Sobre a pedagogia: Textos inéditos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998a. P. 59-78.

PIAGET, J. Observações psicológicas sobre o trabalho em grupo. *In*: PARRAT-DAYAN, S.; TRYPHON, A. (org.). **Sobre a pedagogia: Textos inéditos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998b. P. 137-152.

PIAGET, J. Os procedimentos da educação moral. *In*: MACEDO, L. (org.). **Cinco estudos de educação moral**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996. p. 1-36.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Trad. Ivette Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SILVA, I. A. **Concepções de educação moral de professores do ensino fundamental: análises a partir de uma atividade formativa desenvolvida na**

escola. 2018. 185 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2018.

SIQUEIRA, F. Q. **Adesão a valores essenciais para uma educação moral e concepções sobre o papel da escola: relações com a formação de professores do ensino fundamental.** 2019. 127 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SIQUEIRA, F. Q.; FREITAS, L. B. de L. Formação de professores e valores essenciais à educação em uma sociedade democrática. **Psicologia Escolar e Educacional**, Porto Alegre-RS, v. 26, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-35392022233863>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SIQUEIRA, F. Q.; FREITAS, L. B. de L. Valores morais vão à escola? Relação entre concepções de professores e a qualidade da formação. **Psico**, Porto Alegre-RS, v. 52, n. 4, p. 1-13, 2021. Disponível em: 10.15448/1980-8623.2021.4.36527. Acesso em: 25 jul. 2023.

TRICCO, A. C.; LILLIE, E.; ZARIN, W.; O'BRIEN, K. K.; COLQUHOUN, H.; LEVAC, D.; MOHER, D.; PETERS, M. D J.; HORSLEY, T.; WEEKS, L.; HEMPEL, S.; AKL, E. A.; CHANG, C.; MCGOWAN, J.; STEWART, L.; HARTLING, L.; ALDCROFT, A.; WILSON, M. G.; GARRITTY, C.; LEWIN, S.; GODFREY, C. M.; MACDONALD, M. T.; LANGLOIS, E. V.; SOARES-WEISER, K.; MORIARTY, J.; CLIFFORD, T.; TUNÇALP, Ö.; STRAUS, S. E. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. **Annals of Internal Medicine**, [S.l.], v. 169, n. 7, p. 467-473, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7326/M18-0850>. Acesso em: 25 jul. 2023.

UNESCO. **Declaração de princípios sobre a tolerância.** Brasília: CNP1/IBICT/UNESCO, 1997.

Recebido 25/07/2023

Aprovado 12/03/2024